

# Sumário

<b>Capítulo I – Direito Punitivo Estatal.....</b>	<b>1</b>
1.1 Considerações introdutórias.....	1
1.2 <i>Jus puniendi, jus libertatis</i> e lide penal.....	4
1.3 Origens históricas da prisão no direito e no processo penal.....	7
1.4 Liberdade como direito fundamental de primeira geração.....	21
1.5 Direitos individuais, coletivos e públicos.....	27
1.6 Direito à liberdade.....	37
1.6.1 Antecedentes históricos.....	38
1.6.2 Liberdade e democracia.....	46
1.6.3 Liberdade da pessoa física.....	48
1.6.4 Restrições às liberdades individuais.....	50
<b>Capítulo II – Prisão Cautelar.....</b>	<b>53</b>
2.1 Conceito de prisão.....	53
2.2 Das medidas cautelares referentes à prisão.....	53
2.2.1 A prisão e as medidas cautelares previstas na Lei nº 12.403/2011.....	54
2.2.2 Disposições básicas para efetivação da prisão.....	54
2.2.3 A necessidade como condição <i>sine qua non</i> para a prisão....	55
2.2.4 Adequação da prisão como pressuposto de aplicação de medidas cautelares.....	55

2.2.5 Legitimidade para requerer a aplicação das medidas cautelares .....	56
2.2.6 Decretação da medida liminar .....	56
2.2.7 Medidas cautelares em espécie previstas na Lei nº 12.403/2011.....	57
2.3 Finalidade das medidas cautelares .....	58
2.4 Prisão cautelar e celeridade processual.....	58
2.5 Prisões provisórias.....	59
2.5.1 Disposições gerais.....	59
2.5.2 Fundamentos políticos e jurídicos.....	60
2.5.3 Reflexões sobre os limites constitucionais da prisão .....	62
2.5.4 Princípios relativos à prisão .....	70
2.5.5 Espécies de prisão processual cautelar .....	71
2.5.5.1 Prisão em flagrante e suas modalidades .....	72
2.5.5.1.1 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório .....	73
2.5.5.1.2 Flagrante próprio.....	74
2.5.5.1.3 Flagrante impróprio .....	75
2.5.5.1.4 Flagrante presumido .....	76
2.5.5.1.5 Flagrante provocado.....	77
2.5.5.1.6 Flagrante forjado.....	78
2.5.5.1.7 Flagrante esperado .....	79
2.5.5.1.8 Flagrante retardado.....	81
2.5.5.1.9 Flagrante em crime permanente .....	82

2.5.5.1.10	Flagrante em crime habitual .....	83
2.5.5.2	Prisão preventiva, antes e depois do pacote anticrime...	84
2.5.5.3	Prisão temporária .....	95
2.5.5.4	Prisão administrativa .....	98
2.5.5.5	Prisão por pronúncia.....	98
2.5.5.6	Prisão por sentença condenatória recorrível.....	101
2.5.5.6.1	Sob a ótica da proporcionalidade e da razoabilidade...	106
2.5.5.6.2	Após condenação em segunda instância .....	109
2.5.5.6.3	O claudicante entendimento do STF sobre o tema....	112
2.5.5.7	Prisão domiciliar.....	113
2.5.5.7.1	No Código de Processo Penal .....	113
2.5.5.7.2	Na Lei de Execução Penal.....	116
<b>Capítulo III – Da Prisão em Flagrante .....</b>		<b>119</b>
3.1	Conceito de prisão em flagrante .....	119
3.2	Natureza jurídica do flagrante .....	119
3.3	Flagrante e crime organizado .....	119
3.4	Prisão em perseguição.....	120
3.5	Prisão em outra jurisdição.....	120
3.6	Flagrante em caso de ato infracional .....	121
3.7	Imunidades políticas em relação à prisão.....	121
3.8	Prisão em crime inafiançável .....	122
3.9	Comunicação do flagrante.....	122

3.9.1 Apresentação do flagranteado.....	123
3.9.2 Informação da prisão em flagrante .....	123
3.9.3 Comunicação ao Ministério Público .....	123
3.9.4 Prazo da nota de culpa.....	124
3.9.5 Prazo para lavratura do auto.....	124
3.9.6 Formalidades da prisão em flagrante.....	125
3.9.6.1 Pressupostos da prisão em flagrante.....	125
3.9.6.2 Prisão de forma fundamentada.....	125
3.9.6.3 Caminhos do magistrado ao receber os autos da prisão em flagrante.....	125
3.9.6.4 Procedimento do auto de prisão em flagrante .....	126
3.9.6.5 Interrogatório do flagranteado.....	126
3.9.6.6 Assinatura do auto de prisão em flagrante.....	127
3.9.6.7 Normas do interrogatório policial .....	127
3.9.6.8 Despacho homologatório de prisão em flagrante .....	127
<b>Capítulo IV – Da Prisão Preventiva .....</b>	<b>129</b>
4.1 Conceito de prisão preventiva.....	129
4.2 Hipóteses de decretação da prisão preventiva .....	129
4.2.1 Prisão preventiva para garantia da ordem pública .....	130
4.2.2 Prisão e periculosidade do agente.....	133
4.2.3 Prisão preventiva como garantia da ordem econômica.....	134
4.2.4 Prisão preventiva como conveniência da instrução criminal...	135
4.2.5 Prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal...	137

4.3	Prisão preventiva nos casos de violência doméstica .....	138
4.4	Condições de admissibilidade.....	140
4.4.1	Admissibilidade de prisão preventiva.....	140
4.4.2	Prisão preventiva e crimes dolosos .....	141
4.5	Momento da decretação da prisão preventiva .....	142
4.6	Hipóteses de legitimidade da prisão preventiva.....	143
4.7	Prisão preventiva e excesso de prazo .....	144
4.8	Fundamentação da prisão preventiva .....	145
4.9	Revogação e redcretação .....	146
4.9.1	A prisão preventiva e a cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	147
4.9.2	Redcretação da prisão preventiva.....	147
4.9.3	Apresentação espontânea e decretação da prisão preventiva....	148
4.10	Mandado de prisão preventiva.....	149
4.10.1	Conceito de mandado de prisão .....	149
4.10.2	Formalidades do mandado de prisão .....	149
4.10.3	Nulidade do mandado de prisão .....	150
4.10.4	Execução do mandado de prisão .....	150
4.10.5	Recibo do preso e leitura do mandado de prisão .....	151
4.10.6	Infração inafiançável e prisão sem mandado .....	151
4.10.7	Registro do mandado no Conselho Nacional de Justiça....	152
4.10.8	Comunicação da prisão .....	153
4.10.9	Dúvidas sobre a legitimidade do executor .....	154
4.10.10	Dispensabilidade do mandado judicial na prisão .....	154

4.11 Prisões inconstitucionais .....	155
4.12 Prisão e as garantias processuais ativas .....	156
4.13 Emprego de força na prisão .....	156
4.14 Uso de algemas .....	157
4.15 Casuística .....	158
4.15.1 Prisão nos crimes eleitorais .....	158
4.15.2 Prisão e crime de resistência .....	159
4.15.3 Prisão e crime de desobediência.....	159
<b>Capítulo V – Da Prisão Temporária .....</b>	<b>161</b>
5.1 Conceito e delimitação da prisão temporária .....	161
5.2 Prazo da prisão temporária .....	161
5.3 Fundamentos da prisão temporária .....	162
5.4 Procedimento na prisão temporária .....	163
<b>Capítulo VI – Da Prisão Domiciliar .....</b>	<b>165</b>
6.1 Conceito de domicílio e sua proteção legal .....	165
6.2 Prisão em domicílio.....	165
6.2.1 Prisão em domicílio e crime de resistência.....	167
6.2.2 Prisão em domicílio e imunidade profissional.....	168
6.3 A prisão provisória domiciliar .....	170
6.3.1 Conceito de prisão domiciliar.....	170
6.3.2 Local da prisão domiciliar .....	170
6.3.3 Prisão domiciliar e direito subjetivo.....	171
6.3.4 Substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar ....	171

<b>Capítulo VII – Da Custódia e da Prisão Especial.....</b>	<b>173</b>
7.1 Custódia do preso provisório.....	173
7.2 Recolhimento à prisão e crime de abuso de autoridade .....	173
7.3 A prisão especial.....	174
7.3.1 Regulamentação da prisão especial e o princípio da igualdade....	175
7.3.2 Local da prisão especial .....	175
7.3.3 Transporte do preso especial.....	176
7.3.4 Rol taxativo de pessoas que têm direito à prisão especial....	176
7.3.5 Leis especiais admitem a prisão especial.....	176
<b>Capítulo VIII – Do Regime Disciplinar Diferenciado.....</b>	<b>177</b>
8.1 Breve histórico e conceituação .....	177
8.1.1 Excesso e anomia da legislação penal .....	177
8.1.2 Finalidade do RDD.....	178
8.1.3 Gênese do RDD.....	178
8.2 A constitucionalidade do RDD.....	179
8.3 Restrições do RDD .....	180
8.3.1 Prazo do RDD.....	180
8.3.2 Recolhimento em cela individual.....	181
8.3.3 Limitação do direito de visita .....	182
8.3.4 Isolamento do preso .....	182
8.4 RDD regulamentado nos estados .....	182
8.5 Equipamentos de segurança nos estabelecimentos penitenciários....	183
8.6 RDD como sanção ao preso provisório e ao condenado.....	183

8.7 Hipóteses de inclusão no RDD .....	183
8.7.1 Natureza do crime doloso e RDD.....	184
8.7.2 Prática de falta de natureza grave.....	184
8.7.3 Alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.....	185
8.7.4 Função preventiva do regime para com a sociedade .....	185
8.7.5 Inclusão por fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando .....	186
8.8 Presos que estão sujeitos ao RDD.....	187
8.9 Aplicação do RDD aos presos confinados em regime fechado ....	187
8.10 Retorno ao regime comum .....	188
8.11 Juiz competente para inclusão no RDD.....	188
8.12 Regime Disciplinar Diferenciado nos estados .....	188
<b>Capítulo IX – Da Ilegalidade da Prisão.....</b>	<b>191</b>
9.1 Controle de legalidade da prisão.....	191
9.2 Instrumentos de tutela da liberdade.....	192
9.2.1 <i>Habeas corpus</i> .....	192
9.2.2 Relaxamento de prisão em flagrante.....	194
9.2.3 Revogação de custódia preventiva .....	196
9.2.4 Revogação ou exaurimento da prisão temporária .....	197
9.2.5 Pedido de liberdade provisória .....	199
9.2.5.1 Anterior à audiência de custódia .....	199
9.2.5.2 Durante a audiência de custódia.....	201



<b>Capítulo X – Liberdade Provisória .....</b>	<b>205</b>
10.1 Considerações iniciais .....	205
10.2 Conceito de liberdade provisória.....	211
10.3 Características da liberdade provisória .....	212
10.4 Espécies de liberdade provisória.....	212
10.5 Liberdade obrigatória .....	212
10.6 Liberdade permitida .....	213
10.7 Vedação à liberdade .....	213
10.8 Liberdade provisória na pronúncia .....	215
10.9 Liberdade provisória e prática de crime hediondo.....	216
10.10 Manifestação do juiz e ouvida do MP na liberdade provisória....	217
10.11 Modalidades de um mesmo instituto.....	218
10.11.1 Liberdade provisória sem fiança .....	219
10.11.2 Liberdade provisória com fiança.....	221
10.11.2.1 Conceito e significado do termo “fiança” .....	223
10.11.2.2 Finalidade da fiança .....	223
10.11.2.3 Hipóteses de afiançabilidade: o critério da exclusão ....	224
10.11.2.4 Crimes inafiançáveis na Constituição Federal.....	224
10.11.2.5 Fiança com fundamento na legislação infraconstitucional .....	226
10.12 Condições objetivas para admissibilidade da fiança.....	227
10.13 Condições subjetivas para fruição do favor legal .....	229
10.14 Garantia real ou fidejussória.....	239

10.15 Fiança como garantia real.....	242
10.15.1 Modalidades .....	242
10.15.2 Arbitramento.....	244
10.15.3 Reforço .....	246
10.15.4 Dispensa .....	247
10.15.5 Obrigações .....	248
10.15.6 Concessão .....	249
10.15.6.1 Prisão por mandado e fiança .....	250
10.15.6.2 Legitimidade para requerer a fiança .....	251
10.15.6.3 Entrega da coisa e lavramento do termo .....	251
10.15.7 Cassação .....	251
10.15.8 Quebramento.....	253
10.15.8.1 Não comparecimento aos atos processuais.....	254
10.15.8.2 Ato de obstrução ao andamento do processo .....	255
10.15.8.3 Descumprimento de outra medida cautelar.....	255
10.15.8.4 Resistência injustificada à ordem judicial.....	256
10.15.8.5 Prática de nova infração penal dolosa.....	256
10.15.8.6 Efeitos da quebra da fiança .....	256
10.15.9 Perda .....	257
10.16 Restrições à liberdade individual como garantia fidejussória.....	259
10.17 Excludentes de ilicitude e liberdade provisória sem vinculação....	260
10.17.1 Estado de necessidade.....	261
10.17.2 Legítima defesa.....	263

10.17.3 Estrito cumprimento de dever legal .....	265
10.17.4 Exercício regular de direito.....	266
10.18 O instituto da prisão preventiva e o advento da Lei nº 6.416/77 ....	267
10.19 Reflexões sobre a deturpação histórica da liberdade provisória ....	269
10.19.1 Equivalência constitucional entre a prisão em flagrante e a prisão judicial.....	269
10.19.2 A prisão preventiva e suas hipóteses de incidência.....	271
10.19.3 Considerações sobre a Súmula nº 9 do STJ .....	274
10.19.4 Antagonismos entre o art. 310, § único do CPP e o art. 5º, LXVI da CF/88.....	277
10.19.5 Supremacia da norma constitucional.....	280
10.19.6 Aferição da constitucionalidade de dispositivo legal não recepcionado .....	282
10.19.7 Liberdade provisória e seus limites constitucionais.....	288
10.19.7.1 Nas imputações de tráfico de drogas e delitos afins...	289
10.19.7.2 Nas imputações de tortura .....	297
10.19.7.3 Nas imputações de terrorismo .....	302
10.19.7.4 Nas imputações de genocídio.....	309
<b>Capítulo XI – Medidas Cautelares Pessoais .....</b>	<b>317</b>
11.1 Considerações iniciais .....	317
11.2 Princípios gerais aplicáveis .....	321
11.3 Autonomia das medidas cautelares .....	324
11.4 Legitimidade para sua postulação .....	327
11.5 Cautelares do processo penal e contraditório .....	332

11.6 Fungibilidade das medidas cautelares.....	333
11.7 Revogação e substituição das cautelares .....	335
11.8 Princípio da proibição do excesso.....	339
11.9 Medidas cautelares em espécie.....	342
11.9.1 Comparecimento periódico em juízo.....	346
11.9.2 Proibição de acesso e frequência a locais específicos .....	347
11.9.3 Proibição de contato com pessoas determinadas .....	349
11.9.4 Proibição de ausência do distrito da culpa ou do país.....	350
11.9.5 Recolhimento domiciliar noturno .....	352
11.9.6 Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica.....	354
11.9.7 Internação provisória .....	356
11.9.8 Monitoração eletrônica .....	358
<b>Referências.....</b>	<b>367</b>